

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE
COLETIVA**

**FÓRUM NACIONAL DOS COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SAÚDE COLETIVA**

RELATÓRIO

Recife, 30 e 31 de outubro de 2002

FÓRUM NACIONAL DOS COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Coordenadores do Fórum:

Eduardo Freese – NESC/CpqAM/FIOCRUZ

Jairnilson da Silva Paim – ABRASCO

Representatnes de Área:

Moisés Goldbaum

Madel Luz

Relatores:

Virginia Alonso Hortale – ENSP/FIOCRUZ

José Alfredo G. Arêas – FSP/USP

Introdução

O Fórum Nacional dos Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), foi realizado em Recife, na sede do NESC/CpqAM/FIOCRUZ, nos dias 30 e 31 de outubro de 2001.

Após as boas vindas dos Professores Lia Giraldo, Moisés Goldbaum, Eduardo Freese e Jairnilson Paim, foi dado início da reunião, com a seguinte pauta:

- Propor encaminhamentos para o aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados a partir da discussão de documento enviado pela Comissão de Avaliação de 2001.
- Discutir os critérios de avaliação produção e produtos da subárea que foram elaborados por Comissão designada pelo Fórum anterior.
- Aspectos gerais sobre o Mestrado Profissionalizante/MP

Primeiro Dia

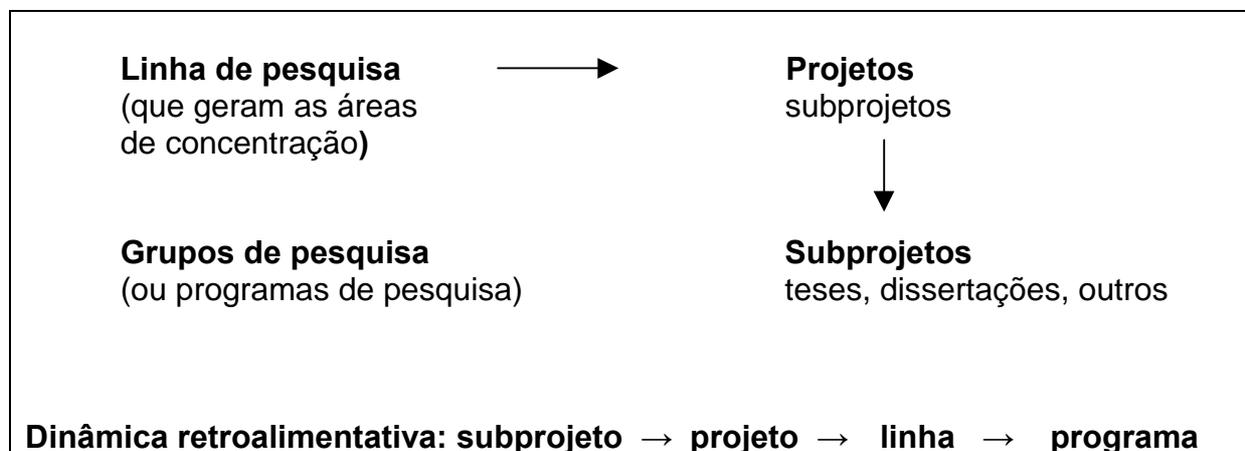
O Prof. Moisés Goldbaum apresentou uma síntese do Documento de Área elaborada pela Comissão de Avaliação da CAPES/2002 (anexo 1) e destacou alguns dos problemas identificados:

- Alguns programas apresentam dificuldades na compreensão acerca de definições de “área de concentração, linha e projeto de pesquisa”, o que faz com que alguns deles façam referência a dissertações e teses de alunos como projetos ou linhas de pesquisa.
- Artigos submetidos à publicação ou no prelo são indevidamente registrados na produção intelectual.
- Na composição do NRD6, a atuação dos docentes exige vinculação de 40 horas na IES. Um docente pode acumular essa situação em no máximo dois programas, sendo ambos na mesma IES e no mesmo “campus”.
- No item sobre financiamento da pesquisa, há necessidade de discriminação das fontes e do tipo de apoio.

Em seguida, a Profa Madel Luz, na sua apresentação, destacou a importância da relação política da subárea da Saúde Coletiva com as outras áreas e a CAPES para mostrar o seu caráter multi e interdisciplinar, de intervenção e aplicação do conhecimento. Embora haja um diálogo entre a representação da área na CAPES, quem decide é o CTC, com um “endurecimento” das proposições, havendo algumas vezes a confusão entre os interesses da comunidade científica e as regras institucionais.

Em função da confusão ainda existente do significado do campo disciplinar e das dificuldades anteriormente apontadas de definição de “linhas e projetos de

pesquisa”, a Profa Madel, sugeriu, como subsídio ao aprofundamento desse tema, os elementos contidos no quadro abaixo:



A Profa Madel também sugeriu que os Programas, num exercício de definição das linhas de pesquisa, descrevessem as atividades concretas implementadas, agrupando-as em linhas ou projetos.

No debate, os presentes viram a avaliação como um subsídio para a melhoria dos Programas e entenderam que essa discussão, realizada pelo Fórum, visa a auxiliar os encaminhamentos feitos pelos representantes na Comissão. Nesse sentido, foram destacados alguns pontos. O primeiro diz respeito à dificuldade dos programas separarem o que é linha de pesquisa e o que é área do conhecimento. No processo de avaliação pela CAPES, a unidade de análise é a linha de pesquisa, e o que a define é sua natureza e sua permanência no tempo. Devido à forte interdisciplinaridade da subárea, foi sugerido que se pensasse uma classificação de linhas de pesquisa que possam estar incluídas as dimensões do objeto, do método e do tipo de intervenção.

O segundo, ao item do financiamento à pesquisa e seu preenchimento no relatório. Foi sugerido que cada Programa identificasse as fontes de financiamento, além das tradicionais, que busca para apoiar suas pesquisas e as discriminasse na Folha F para conhecimento da Comissão de Avaliação. Bolsas concedidas pelo programa através da CAPES e CNPq não seriam consideradas como financiamento à pesquisa, mas bolsas que tivessem o mérito julgado pelos pares poderiam se caracterizar como um financiamento a ser incluído no coleta CAPES. Como exemplo foi dado o da bolsa de pesquisa, que deve ser distinta da bolsa para a formação. Outras bolsas, como as da FAPESP, que são julgadas individualmente pelo mérito do conjunto projeto/aluno/orientador e incluem reserva técnica, caracterizam um financiamento a ser informado. Outras fontes de financiamento que podem ser relatadas são as provenientes dos Ministérios e Secretarias e as do Setor Produtivo.

O terceiro diz respeito ao tempo de titulação e ao tipo de formação desejada. O Mestrado, por exemplo, deve formar que tipo de profissional? Nos últimos 10 anos, foi gradativamente abandonada a formação para a docência, concentrando-se na

formação inicial para a pesquisa. Não se tem conseguido diminuir muito o tempo de formação. Sugeriu-se levar em conta a diversidade entre as áreas, pensando em uma variação de 24 a 30 meses para o Mestrado e 48 meses para o Doutorado.

O quarto ponto diz respeito às informações solicitadas no relatório sobre o egresso. Surgiram as seguintes dúvidas: Qual a definição que a CAPES tem de egresso? Por quanto tempo o mestre ou doutor de um programa seria considerado como egresso? Como se define a produção intelectual do egresso? Sugeriu-se solicitar à CAPES uma explicitação maior do seu significado.

Os presentes lembraram que a subárea tem crescido nos últimos anos, tendo um bom desempenho em dimensões diferenciadas, embora com vocações diversas. Tudo isto levaria à uma urgente “revisita ao campo”. Foi sugerido que a ABRASCO devesse promovê-la. Nesta revisita seria identificado, entre outros, o que os programas fazem, as características da sua interdisciplinaridade, seus novos cursos; em resumo, a morfologia da área.

Foi informado aos presentes que há uma proposta, ainda incipiente, para os Programas se unificarem em uma grande área sob a égide das Medicinas. Essa proposta se baseia em três justificativas: os resultados da avaliação da CAPES, que não seriam bons para todas as subáreas; o financiamento à pesquisa, cada vez mais limitado; e a diminuição da burocracia. Foi sugerido que a ABRASCO se posicionasse frente a essa questão, considerando, entre outras coisas que a área da SC não é uma especialidade médica, tendo sua própria especificidade e portanto não passível de unificação.

2º dia

Como havia sido distribuído no dia anterior, para conhecimento de todos, o documento “Comentários do Comitê Assessor em Medicina Preventiva e Nutrição do CNPq sobre o julgamento CA 06/2002” (anexo 2), aproveitou-se a presença fortuita do Prof. Carlos Coimbra, membro do Comitê, e pediu-se a ele que desse o informe sobre o recente julgamento. A partir daí, discutiram-se duas questões. A primeira, que o CNPq deveria tornar o processo de julgamento mais transparente, informando previamente as regras para obtenção das bolsas. A segunda, que o reduzido número de bolsas aprovado não condizia com o crescimento significativo da área, sendo urgente o CNPq se atualizar e passar a ver a área nessa condição. Foi consenso entre os participantes que se solicitasse à ABRASCO promover uma reunião com o CNPq para discutir essa situação. Foi também sugerida uma moção para a ABRASCO encaminhar ao CNPq, à SBPC e ao Grupo de Transição de Governo indicando sua apreensão com o impacto dessa decisão na produção científica da subárea. (Moção em anexo).

Dando seguimento à pauta, os Profs. Madel e Moisés apresentaram, para exame dos presentes, a proposta de qualificação dos produtos intelectuais da subárea (anexo 3: “Produção e Produtos em saúde Coletiva”) que foi elaborada por Comissão, a partir de solicitação do Fórum de Brasília. A principal observação foi de que a CAPES, ao não focalizar a avaliação na qualidade do produto, torna mais difícil essa qualificação.

Foi consenso entre os presentes a proposta para os artigos em periódicos. Com relação à proposta para livros e capítulos de livros, entendeu-se ser difícil qualificar essa produção, pois, devido ao grande avanço da subárea, implicava em uma grande variedade de produtos. Também foi foco de dúvidas como hierarquizar a produção advinda de documentos elaborados para Comitês técnicos (ex: OMS, OPAS) e onde seria classificado o organizador de livro.

A Comissão sugeriu que, para o maior detalhamento da qualificação proposta, um grupo especialmente destacado fizesse esse detalhamento, nos moldes do “Qualis”. Na proposta, as qualificações A, B ou C seriam dadas pelo tipo de produção (livros ou capítulos referentes a pesquisa, ensaios e didáticos ou coletâneas e capítulos referentes a pesquisa, reuniões científicas, temáticas e didáticas) e a classificação Internacional, Nacional ou Local, pela circulação das Editoras. Num primeiro levantamento, com base na presença da área de SC documentada na Biblioteca Nacional, foi elaborada uma primeira classificação, não exaustiva, das editoras nacionais. Editoras e iniciativas Internacionais seriam consideradas de forma semelhante.

Também surgiram dúvidas com relação à definição dada aos termos pesquisa, ensaio e didático. Foi sugerido pelos presentes que a Comissão incluísse na proposta verbetes com as definições de “pesquisa, ensaio e didático” para o referido critério ficar mais claro.

Com relação à qualificação dos projetos de intervenção, a Comissão, ao entender que nessa modalidade estão envolvidos a produção intelectual e o conhecimento aplicado, sugeriu que também se destacasse um grupo de trabalho para detalhar a proposta, e produzir também um verbete explicativo.

A partir do debate, foi sugerido que a ABRASCO organizasse uma Oficina durante o próximo Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva para discutir o impacto da formação pós-graduada na Saúde Coletiva e que se encomendasse textos sobre o assunto entre os profissionais da área.

O último ponto de pauta discutido foi sobre o Mestrado Profissionalizante. O Prof. Moisés informou aos presentes as ponderações que Adalberto Vasquez, Coordenador de Avaliação da CAPES, fez recentemente. A primeira é que a CAPES não vai interferir, caso a instituição que promove (ou recebe um candidato) o MP resolver dar equivalência do título de Mestre na modalidade profissional com a modalidade acadêmica. Essa possibilidade não era permitida, de acordo com portaria da CAPES sobre o assunto. A segunda, que houve uma relativa omissão da CAPES no estabelecimento, acompanhamento e avaliação dos programas, levando a algumas distorções, como por exemplo, o curso deveria ser pactuado a partir de demanda de clientela específica, acontecendo o contrário, o curso é ofertado pelas instituições sem especificação da clientela. A terceira é que, para ele, os MA e MP tendem a se confundir, levando à extinção do MA.

O debate iniciou, lembrando-se que, na área da SC, ainda são poucos os Programas que estão oferecendo cursos nessa modalidade (IMS/UERJ, ISC/UFBA e ENSP e IFF/FIOCRUZ). Entende-se que essa modalidade atende a uma demanda histórica de formação qualificada para profissionais que atuam no SUS, os quais não têm interesse na formação acadêmica. No entanto, a clientela é limitada, se for entendido que essa modalidade se dirige à formação de quadros de nível central das

Secretarias de Saúde e do Ministério da Saúde e de outros órgãos públicos. Os Cursos de Especialização ainda são uma opção para os quadros intermediários e locais do sistema de saúde.

Pelo exposto acima, os presentes mostraram profunda preocupação com a expansão sem controle do MP e suas implicações para o MA. Foi lembrado que o MA tradicionalmente forma docentes (a graduação na área pública ou privada ainda absorve esse profissional) e que está havendo uma desqualificação progressiva da função ensino nessa formação.

Ao final da reunião foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

1) Referentes à CAPES:

- Solicitar à CAPES uma explicação do significado do termo egresso, visando ao aperfeiçoamento do instrumento de coleta da CAPES
- Solicitar à CAPES que os Coordenadores de Programa recebam o espelho da avaliação realizada anualmente, a começar pela atual avaliação.

2) Referentes aos critérios de produção da subárea:

- Constituído grupo de trabalho – Profs Carlos Coimbra (ENSP/FIOCRUZ) e Moisés Goldbaum (DMP/USP) - para melhorar a qualificação das editoras na proposta; nos moldes do “Qualis”
- Constituído grupo de trabalho – Profas Lilia Blima Schraiber (DMP/USP) e Maria Auxiliadora Oliveira (ENSP/FIOCRUZ) - para detalhar a proposta de qualificação dos projetos de intervenção;

3) Referentes às questões político-institucionais:

- Sugerir que ABRASCO promova a “revisita à área”, em que se identifique, entre outros, o que os programas fazem, as características da sua interdisciplinaridade, seus novos cursos; em resumo, a morfologia da área;
- Sugerir que a ABRASCO se posicione frente à questão da unificação das subáreas em uma grande área sob tutela da grande área médica, considerando, entre outras coisas, que a área da SC não é uma especialidade médica, tendo sua própria especificidade e portanto não passível de unificação.
- Sugerir que a ABRASCO organize durante o próximo Congresso uma Oficina de trabalho para discutir o impacto da formação pós-graduada na Saúde Coletiva e que se encomendasse textos sobre o assunto entre os profissionais da área (sugestão de título: Futuro do Ensino na Saúde Coletiva”);
- Sugerir que a ABRASCO além de encaminhar a moção anexa ao CNPq, também a encaminhe à SBPC e ao Grupo de Transição de Governo.

A próxima reunião do fórum foi marcada para 22 e 23 de maio de 2003 e será realizada em São Paulo na Faculdade de Saúde Pública da USP.

Participaram do fórum os seguintes coordenadores de Programas de Pós-graduação:

Amábile R. Xavier Manço - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunidade - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP

Ana Bernarda Ludermir e Thalia Barreto – Programa Integrado de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-PIPASC Núcleo de Saúde Pública/NUSP/UFPE

Cid Manso de Mello Vianna - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social/UERJ

Darli Antonio Soares e Luiz Cordoni Jr. - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Eduardo Freese, Lia Giraldo e Fátima Militão – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública- Mestrado NESC/CPqAM/FIOCRUZ

Estela Maria Leão Aquino – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Instituto de Saúde Coletiva/ISC/UFBA

Guilherme Werneck - Programa de Mestrado em Saúde Coletiva - Faculdade de Medicina/ NESC/UFRJ

Jairnilson Paim – ABRASCO

João Henrique Gurtler Scatena - Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente - ISC/ UFMT

Jorge Béria – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Luterana do Brasil/ULBRA

José Alfredo Gomes Arêas e Néia Schor– Programa de Pós-graduação em Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública/USP

José Otávio Penido representando **Waleska Teixeira Caiaffa** - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – Dep. de Medicina Preventiva – UFMG

Lilia Blima Schraiber- Programa de Pós-Graduação em Saúde Preventiva - Faculdade de medicina/USP

Madel Luz – Instituto de Medicina Social/UERJ

Márcia Gomide da Silva Mello – Programa de Mestrdo em Saúde Pública/UFC

Marcial Francis Galera representando **Bianca Borsatto Galera** - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Cuiabá/UNIC-MT

Marilisa Berti de Azevedo Barros – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/ Departamento de Medicina Preventiva e Social/ Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP

Moisés Goldbaum – Universidade de São Paulo

Romeu Gomes – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do IFF/FIOCRUZ

Sotero Mengue – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia – Faculdade Medicina/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Suely Godoy Agostinho Gimeno - Programa de Mestrado em Epidemiologia – Departamento de Medicina Preventiva/ Escola Paulista de Medicina/UNIFESP

Tânia Ruiz - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP

Vera Anna Hofmeister – Programa de Mestrado em Saúde Coletiva - UNISUL

Vera Lúcia Blank - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – Centro de Ciências da Saúde - UFSC

Virginia Alonso Hortale e Maria Auxiliadora Oliveira – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública/ENSP

MOÇÃO AO CNPq

A comunidade científica da área de Saúde coletiva, através do Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação da ABRASCO, reunido nos dias 30 e 31 de outubro de 2002, em Recife, tomando conhecimento do relatório do Comitê Assessor em Medicina Preventiva e Nutrição do CNPq sobre o julgamento de junho de 2002, no qual se evidencia o reduzido número de bolsas de produtividade concedidas aos pesquisadores face a uma demanda claramente qualificada, manifesta sua profunda apreensão com o impacto deste resultado na produção científica nesta área. Destaca-se a preocupação de que tal situação reflete a contenção de recursos existentes na C&T não contemplando a evidente expansão das diferentes áreas de C&T e em particular da Saúde Coletiva.

Por outro lado, considera que não estão suficientemente explicitados e publicamente divulgados o montante de recursos disponíveis e os critérios de alocação de quotas de bolsas e outros auxílios à pesquisa por área.

Entendendo ser de fundamental importância a absoluta transparência quanto à definição de prioridades e critérios relativos à distribuição de recursos públicos para pesquisa, a exemplo do que vem sendo praticados pela CAPES. Da mesma forma, nos parece necessária a interlocução constante entre essas duas agências no sentido de articular ações que resultem no efetivo fomento à pesquisa e ao aprimoramento da formação de pesquisadores em nosso país.

Por último, a área faz observar que não se sente contemplada quanto ao seu perfil e amadurecimento científico na sua atual designação pelo CNPq e solicita que seja adotada a nomenclatura utilizada pela CAPES, ou seja, passando a ser denominada Saúde Coletiva.

Recife, 31 de outubro de 2002.

ANEXO 1

DOCUMENTO DE ÁREA

SAÚDE COLETIVA – ano base 2001

A comissão foi constituída, tal como das vezes anteriores, por professores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), das várias regiões do país e representavam os campos disciplinares componentes da área de Saúde Coletiva. Dessa forma, entende-se como um grupo suficientemente representativo do campo de atuação da Saúde Coletiva Brasileira. São os seguintes os membros:

Carlos Everaldo Alvares Coimbra Junior – ENSP/FIOCRUZ

Everardo Duarte Nunes – FCM/UNICAMP

Iná da Silva dos Santos – FM/ UFPEL

Lígia Maria Vieira da Silva – ISC/UFBA

Madel Terezinha Luz – IMS/UERJ (representante-adjunta)

Maria de Fátima Pessoa Militão de Albuquerque – CPqAM/FIOCRUZ

Maria Elizabeth Uchôa de Oliveira Demicheli – CPqRR/FIOCRUZ

Moisés Goldbaum – FM/USP (representante)

Sabina Lea Davidson Gotlieb – FSP/USP.

Foi feita uma reunião prévia da comissão, na CAPES, em Brasília, nos dias 19 e 20 de agosto de 2002, visando analisar os critérios estabelecidos para a avaliação pela “Grande Área de Saúde” e estabelecer uma homogeneidade entre os componentes do grupo. **Nessa ocasião se debateu a questão aberta pela sistemática de avaliação dos “Mestrados Profissionalizantes” (MP) e, face à situação gerada, o Grupo tomou a seguinte deliberação:**

como não é possível refazer os CADERNOS DE COLETA de dados do ano base 2001, sugere-se aos coordenadores de programas que tenham oferecido MP que informem, para os anos base 2002 e 2003, no campo “Proposta de Programa – Outras Informações”, as atividades relativas a esses MP, destacando-se, em especial, o corpo docente envolvido, o corpo discente, as atividades curriculares e os produtos obtidos dessa modalidade. Essa sugestão, prende-se à necessidade sentida de obtenção de informações sobre os MP, que possam ser destacadas dos programas acadêmicos e, dessa forma, permitir uma avaliação que não traga prejuízos para estes últimos.

Nessa ocasião, os programas foram distribuídos entre os componentes da Comissão (em média, 05 por membro) para que iniciassem, cada um deles em separado, a análise dos programas.

No período de 16 a 20 de setembro, uma vez mais na sede da CAPES, o grupo se reuniu para proceder a avaliação continuada do ano base 2001. A sistemática utilizada, idêntica aos anos anteriores, é a seguir descrita:

- num primeiro momento, cada programa foi analisado, em conjunto, por dois membros e elaborado um parecer, obedecendo os quesitos da FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA;
- no momento seguinte, em plenária, os programas foram analisados e elaboradas as avaliações que são oferecidas (o membro pertencente a IES sob exame, não participou dessa sessão, quando o seu programa estava sendo analisado). Deve-

se destacar que, atendendo à recomendação e procedimentos da CAPES, foram feitas somente apreciações sobre os diferentes quesitos, não se estabelecendo os conceitos (o que explica o termo “inconsistente” que aparece no cabeçalho da FICHA).

- finalmente, elaborou-se este presente documento de área, com as considerações sobre os temas que mais chamaram a atenção da comissão.

A comissão registra o evidente esforço empregado pelos Programas para o seu contínuo aprimoramento. Vários cursos realizaram importante trabalho de reformulação de sua estrutura, tanto nas atividades de formação quanto nas atividades de pesquisa, refletindo, de um lado, a sensibilidade dos programas frente às propostas de avaliação da CAPES e, de outro, a busca de identificação dos elementos constitutivos da área de Saúde Coletiva (esse último ponto, embora não consensual na comunidade, sugere a necessidade de analisar-se, em foro próprio, a eventual necessidade de delimitação do campo). Percebe-se, nos diferentes cursos, a existência de disciplinas comuns, bibliografia comum, bem como convergência de núcleos temáticos, sugerindo que eventuais intercâmbios (intra)nacionais podem trazer inegáveis benefícios a todos os nossos programas.

A consolidação da área pode ser verificada nas atividades descritas. De modo indireto (haja vista, que o período de um ano é insuficiente para uma observação mais precisa), o crescimento da área pode ser identificado pelo crescente número de titulações alcançadas, pela maior presença de pesquisadores nos veículos de divulgação científica e pelo nítido aumento da demanda qualificada por programas de “doutorado sanduíche” e, especialmente, de programas de pós-doutorado, de longa duração, no exterior. Esta última constatação revela a busca de intercâmbios, fortemente sugeridos pela CAPES, mas, ao mesmo tempo, traz a preocupação gerada pela ausência de recursos para suportar essa demanda, face a política de C&T em curso.

Alguns problemas foram identificados e merecem o seu registro para orientação dos nossos programas.

1. Do ponto de vista conceitual, embora se observe um aprimoramento na definição de Área de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa, vários programas revelam dificuldades na sua compreensão e referência. Por vezes, as denominações de linhas referem-se a disciplinas propriamente ditas ou a áreas temáticas, não se configurando em temas/problemas de investigação que agreguem vários projetos. Nesse sentido, é freqüente a superposição de dissertações/tese e projetos (quando não linhas) de pesquisa. Isso provavelmente explica a opção, de alguns programas, relatarem discentes-autores como responsáveis por projeto (que se não equivocado, deve representar raras exceções).

2. Reafirma-se que a constituição de uma Área de Concentração depende da existência de pessoal qualificado para a formação de “especialistas” na área respectiva. Alguns programas anunciam atividades de orientação e pesquisa, por exemplo, na área de Ciências Sociais (envolvendo portanto métodos e conceitos das Ciências Sociais) sem evidenciar em seu corpo docente competência compatível com essas propostas (traduzida pela formação dos seus componentes e/ou por sua produção intelectual) ou sem oferecer disciplinas que cubram essas necessidades

3. Um ponto importante refere-se à produção intelectual. Apesar de alguns periódicos utilizados pelos autores dos programas estarem classificados como

QUALIS nacional A ou B fica evidente a debilidade de alguns deles, reconhecidamente irregulares e inconsistentes quanto à sua periodicidade e qualidade. De outro lado, observa-se que artigos/resumos submetidos para publicação ou aqueles que estão no prelo têm sido indevidamente registrados na produção intelectual. A produção intelectual dos discentes é outro item que merece um esforço especial por parte dos programas. Com raras exceções, na maioria dos programas, a produção dos discentes-autores é muito tímida, lembrando que ela é verificada através da inclusão de anais e produção técnica.

4. Além disso, alguns problemas de compreensão de preenchimento dos cadernos foram identificados e chamam a atenção pela sua freqüência:

- na composição do NRD-6, torna-se necessário esclarecer que a atuação desses docentes exige uma vinculação de 40 horas na IES e que um docente pode acumular essa situação em somente dois programas no máximo, desde que sejam ambos na mesma IES e no mesmo “campus”;
- quanto às informações referentes a intercâmbio, estas dizem respeito ao desenvolvimento conjunto de pesquisas, sendo este desenvolvimento mensurado pela produção científica compartilhada. Assim, assessorias técnicas, participação em bancas, oferta isolada de disciplinas em outras IES, por exemplo, não configuram intercâmbio acadêmico científico;
- no item sobre financiamento de pesquisa nota-se freqüente confusão entre auxílio financeiro e bolsas (neste último caso CAPES e CNPq). Há necessidade de discriminação das fontes e do tipo de apoio (bolsa, remuneração ou auxílio propriamente dito);
- a qualidade das informações a respeito da grade curricular precisa ser melhorada em relação às ementas das disciplinas, à atualização das referências bibliográficas e ao registro de sua natureza (obrigatória/opcional). O docente responsável também deve ser discriminado no relatório;
- quanto à participação nos cursos de graduação, em boa parte dos programas elas são insuficientemente detalhadas, faltando maior clareza na informação prestada;

ANEXO 2

Comentários do Comitê Assessor em Medicina Preventiva e Nutrição do CNPq sobre o julgamento CA 06/2002

Preocupados com as dificuldades crescentes de obtenção de recursos junto ao CNPq, principalmente no que diz respeito às Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), e no sentido de manter a Comunidade das áreas de Saúde Coletiva e Nutrição informadas das suas deliberações e reflexões o Comitê Assessor (CA) em Medicina Preventiva e Nutrição apresenta estes comentários.

O CA reuniu-se de 17 a 19 de junho de 2002 para avaliar solicitações de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) isoladamente ou inseridas em Auxílios Integrados (AI). Neste último caso foram também avaliadas as solicitações de bolsas de Iniciação Científica (IC) e Apoio Técnico (AT). Neste CA não houve julgamento de renovação de pesquisadores nível 1, em consequência da decisão do CNPq de ampliar para 3 anos o prazo de renovação das bolsas neste nível.

Os critérios utilizados pelo CA para avaliar o mérito de cada candidato foram baseados na produção dos últimos cinco anos (1997-2001), levando-se em conta: (a) artigos científicos, tendo sido mais valorizada a publicação em revistas nacionais ou estrangeiras de ampla circulação internacional e indexadas nas bases Medline e/ou ISI (Current Contents, Citation Index); (b) livros ou capítulos de livros publicados por editoras conceituadas na área; (c) orientações concluídas de teses e dissertações e (d) projeto apresentado, juntamente com as recomendações específicas dos consultores *ad hoc*.

Considerando a alta qualidade da produção científica de pesquisadores não inseridos no sistema de bolsas, o CA fez um levantamento prévio da produtividade de todos os pesquisadores nível 2 que são recipientes de bolsa de produtividade. Observou-se que a média de produtividade desses pesquisadores nos últimos 2 anos foi, no caso de artigos indexados, de aproximadamente 1,5 artigo/ano.

A partir dos critérios acima e considerando a disponibilidade limitada de bolsas PQ (16 para Saúde Coletiva e 5 para Nutrição), o CA avaliou conjuntamente e

comparativamente as solicitações de renovações e de novas bolsas. No caso de renovações, foram aprovadas 12 das 19 solicitações (10 de 14 em Saúde Coletiva e 2 de 5 em Nutrição). No caso de novas bolsas, foram aprovadas 9 das 68 solicitações (6 de 47 em Saúde Coletiva e 3 de 21 em Nutrição). A produtividade média nos últimos 5 anos do conjunto dos aprovados (grupo que não incluiu pesquisadores nível 1) foi de 1,9 artigos indexados/ano (2,1 artigos indexados/ano na Saúde Coletiva e 1,4 artigo indexado/ano na Nutrição). Diante dessa alta produtividade, pesquisadores com mérito para pleitear bolsa PQ, sobretudo na área de Saúde Coletiva, não puderam ser atendidos, restando ao CA classificá-los como Prioridade 2 (bolsas sujeitas à expansão da quota de bolsas disponíveis). Enquanto que saiba-se que as chances de tal expansão ocorrer são mínimas, consequência das atuais limitações orçamentárias do CNPq. Tendo em vista a importância deste tipo de bolsa para o desenvolvimento científico, o CA considera que a comunidade deve envidar esforços para a sua expansão, no sentido de que pelo menos acompanhe o crescimento dos pleitos qualificados.

As bolsas de AT e IC foram distribuídas entre os detentores de bolsas de PQ de acordo com as solicitações feitas e com a disponibilidade de bolsas.

Como sugestão, o CA considerou que a apresentação de um plano de trabalho detalhado, ao invés de um projeto, por parte do solicitante, talvez seja mais adequado a esse tipo de demanda (bolsa de produtividade em pesquisa), pois, com frequência, um pesquisador produtivo está inserido em vários projetos simultaneamente. Além disto, com frequência pareceres emitidos pelos consultores *ad hoc* ajudam pouco na avaliação global do candidato. Poucos pareceristas avaliam com profundidade a produção científica do candidato, em geral atendo-se mais ao projeto. Além disso, o nível dos pareceres é muito heterogêneo, sendo muitos os casos de recomendações, favoráveis ou não, sem que justificativas sólidas sejam apresentadas.

O CA reitera as recomendações feitas por CAs anteriores (vide relatórios 05/2001 e 10/2001) no que diz respeito à necessidade de maior apoio por parte do CNPq aos periódicos científicos brasileiros, visando fortalecer sua maior inserção no cenário

internacional. Reitera também a necessidade de urgente revisão da denominação deste CA, assim como das subáreas da Saúde Coletiva.

Muitas destas questões foram discutidas com o Presidente do CNPq, quando em visita ao CA, e com o Coordenador da Área de Saúde. A preocupação, daqueles gestores, naquele momento era o contingenciamento de recursos, fato que praticamente paralisava o CNPq no sentido de qualquer nova iniciativa, podendo inclusive inviabilizar o Edital Universal previsto para os próximos meses. Alguma perspectiva existe de que recursos suplementares possam vir com o início do funcionamento do fundo setorial de saúde previsto para estar em atividade nos próximos meses, porém nada claro existe sobre isto até o momento..

Carlos Augusto Monteiro

Carlos E. A. Coimbra Jr.

Maria Fernanda F. Lima e Costa

Mauricio L. Barreto

ANEXO 3

PRODUÇÃO E PRODUTOS EM SAÚDE COLETIVA

Atendendo a recomendação do Fórum de Coordenadores reuniram-se na sede da ENSP/FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, os professores Estela Aquino (ISC/UFBA), Madel Terezinha Luz (IMS/UERJ), Carlos Coimbra (ENSP/FIOCRUZ) e Moisés Goldbaum (FM/USP) para analisar questões que cercam a produção na área de Saúde Coletiva e esboçar um plano de qualificação dos seus produtos intelectuais. Essa reunião ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro de 2002 e foi acompanhada nos seu início pelos professores Virgínia Hortale (ENSP/FIOCRUZ) e Reinaldo Guimarães (IMS/UERJ).

Antes de analisar as questões referentes à qualificação dos produtos da área o grupo destacou como pressupostos básicos os seguintes pontos:

- O sistema de avaliação da pós-graduação é de alta qualidade, permitindo um bom acompanhamento dos programas e análise de seu grau de desenvolvimento. Isso significa que o processo de avaliação por pares encontra-se bem consolidado e legitimado através das comissões compostas para tal fim.
- o reconhecimento anterior não implica a falta de necessidade de que esse sistema seja continuamente aprimorado visando a busca de critérios adequados que contemplem a diversidade das diferentes áreas de produção de conhecimentos e de atuação. Ao contrário do que se tem sugerido, esta observação não significa pautar-se pela “mediocrização” dos critérios e muito menos “nivela-los por baixo”.
- na continuidade, entende-se que devemos fazer os maiores esforços para buscar critérios adequados para a avaliação da área e que esses sejam bem fundamentados do ponto de vista técnico-científico e da perspectiva dos programas de pós-graduação estrito senso.
- o fato de se estar trabalhando com uma área aplicada e interdisciplinar, obriga, ao se trabalhar o impacto da produção intelectual, à procura de qualificação do produto nacionalmente divulgado, seu contexto e a multiplicidade de modalidades nos quais ela se expressa.
- a necessidade de estabelecer um consenso inter-áreas de conhecimento indica que as diferentes áreas gozam de uma autonomia relativa, devendo-se ficar atento a efeitos colaterais de graus de dependência que podem provocar um engessamento da avaliação ou leva-la a uma indesejável subordinação aos pensamentos hegemônicos unilaterais. Ao mesmo tempo impõe-se o estímulo a manutenção e elevação da qualidade da nossa produção.
- A maturidade já alcançada pela área de Saúde Coletiva, expressa nos seus indicadores de crescimento e presença nas bases de registro da produção científica, deve ser aprimorada através de critérios que permitam a sua reafirmação como campo de saberes e práticas em saúde. Reitera-se que a definição de critérios deve contemplar o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento e a sua harmonização.
- tratando-se a Saúde Coletiva, como dito anteriormente, de um campo de saberes e prática, o seu caráter aplicado e interdisciplinar (o que significa uma peculiar articulação de disciplinas em torno da Saúde Coletiva), a multiplicidade de formas de expressão que isso gera, está a exigir uma reatualização de sua delimitação enquanto campo técnico-científico. Nesse particular, sugere-se à Diretoria da ABRASCO que promova uma reunião que permita uma “visita” ao campo e, de

onde, possa se identificar e atualizar a sua provável nova conformação, frente às demandas geradas no interior dos programas de pós-graduação estrito senso (a realização de uma oficina de trabalho no próximo Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva mostra-se bastante oportuno).

Com a finalidade de qualificar a produção intelectual visando ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação estrito senso examinou-se cada um dos produtos e, observando a análise anterior, propõe-se a seguinte estrutura de qualificação:

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

Observar a proposta do sistema QUALIS da CAPES, no qual os artigos são qualificados segundo o veículo de publicação. Assim o critério maior de qualidade e de circulação estará referido às bases de indexação existentes.

Como critério de circulação internacional, observa-se a necessidade de indexação do periódico referido a bases reconhecidas e de alcance internacional, como são, por exemplo, Journal of Citation Reports (JCR), ligado ao ISI, Medline, ligado a NLM, e outras como Sociological Abstracts, Tropical Diseases Bulletin, Planning/Policy & Development, e as demais congêneres de outras áreas de conhecimento.

Os periódicos indexados na base SciELO e LILACS são considerados como de circulação nacional, destacando-se, entretanto, a necessidade de garantir a qualidade dessas bases, o que em certas circunstâncias, não se obedece.

Quanto à qualificação propriamente dita, a classificação “A” internacional reserva-se a produtos indexados na base JCR, cujo fator de impacto (FI) seja igual ou maior que a mediana da Saúde Coletiva, que gira em torno de 0,7. “B” internacional refere-se àquelas revistas JCR com FI abaixo da mediana. “C” internacional são aquelas indexadas nas demais bases de indexação referidas.

Os periódicos indexados na base SciELO são considerados para efeito do QUALIS/CAPES nacional como “A”, no LILACS, “B” e as demais, “C”.

No caso da Saúde Coletiva dada a sua expressão na área, e o FI de impacto obtido na base SciELO, três revistas (Cadernos de Saúde Pública, Revista de Saúde Pública e Revista Panamericana de Salud Pública) não obedecem rigorosamente esses critérios e são consideradas “A” de circulação internacional.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVRO

O primeiro ponto levantado refere-se à natureza das publicações expressas em livros e capítulos de livro, uma vez que já está referendado na CAPES/Grande Área de Saúde que a divulgação de “resultados de pesquisa”, nessa modalidade, é considerada produto “A”, para fins de avaliação. Na seqüência, identificou-se as diferentes naturezas de publicações divulgadas por esse meio e atribuiu-se, como pode se ver a seguir, as respectivas qualificações:

Livros e capítulos monográficos:

Pesquisa	A
Ensaio	B
Didáticos	C

Livros e capítulos coletâneas:

Pesquisa	A
Reuniões Científicas	B
Temáticas	C
Didáticos	C.

A outra questão levantada refere-se qualificação das editoras. Identificou-se a necessidade de organizar um “Qualis” para essas instituições, uma vez que não se tem experiência suficiente com uma tipologia para as mesmas (é necessário que um grupo especialmente destacado, para tanto, possa formular uma proposta e submetê-la à comunidade) . Sugere-se a elaboração desta classificação baseada em:

Capacidade de circulação;
Qualidade dos produtos divulgados; e
Linha editorial.

Em princípio, identificou-se editoras por porte e regularidade e alcance e, permitiu, provisoriamente, estabelecer uma classificação apresentada a seguir:

Editoras de alcance amplo:

Universitárias: FIOCRUZ
EDUSP
EDUNESP
EDUNICAMP

Comerciais:

Cia. das Letras
Artes Médicas
Hucitec
Ana Blume
Guanabara
MEDSI
Atheneu

Editoras de alcance médio

Universitárias:

EDUFF
EDUERJ
EDUFMG
EDUNB

Editoras de alcance restrito:

Todas as demais.

ANAIS

Identificam-se dois tipos de produtos nesta modalidade: trabalhos completos (não freqüentes na nossa área) e resumos. Optou-se por continuar a contemplar os resumos como indicador da participação de alunos na produção intelectual, na qualidade de discentes-autores. Quanto aos trabalhos completos considera-los na mesma condição de coletânea de reuniões científicas.

PRODUÇÃO VIRTUAL

Tanto as revistas científicas quanto os livros (capítulos) serão contemplados com a mesma qualificação atribuídas à sua produção congênere em papel.

PREFÁCIOS, INTRODUÇÕES E RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

Excetuando-se as apresentações, todos esses produtos serão considerados, em princípio como artigos “C” nacionais. Dependendo de sua relevância, bem fundamentada, a comissão de avaliação pode (e deve) reavaliar a qualificação atribuída.

PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Nesse capítulo, há a necessidade de identificar de modo mais preciso e adequado o seu significado e como eles se traduzem em produtos concretos. Sugere-se que seja destacado um grupo de trabalho (com experiência nessa modalidade) para elaborar uma proposta de qualificação.